

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. A Administração Pública e a Propriedade Intelectual .....                                    | 1  |
| 1.1 Introdução .....  | 1  |
| 1.2 Administração Pública em Sentido Formal<br>e Administração Pública em Sentido Material..... | 1  |
| 1.3 Órgãos Públicos.....  | 4  |
| 1.4 Centralização e Descentralização .....  | 6  |
| 1.5 Concentração e Desconcentração .....  | 6  |
| 1.6 As Entidades da Administração Indireta e suas Atividades Típicas .....                      | 6  |
| 1.6.1 Autarquias.....   | 8  |
| 1.6.2 Fundações Públicas .....  | 9  |
| 1.6.3 Empresas Públicas .....   | 9  |
| 1.6.4 Sociedades de Economia Mista .....  | 10 |
| 1.6.5 Consórcios Públicos .....   | 11 |
| 1.7 Agentes Públicos.....   | 12 |
| 1.8 Atividades da Administração Pública e Propriedade Intelectual .....                         | 13 |
| 1.9 Fontes do Direito Administrativo e a Propriedade Intelectual .....                          | 14 |
| 1.9.1 Lei .....   | 15 |
| 1.9.2 Jurisprudência .....  | 15 |
| 1.9.3 Doutrina.....   | 17 |
| 1.9.4 Costumes.....   | 17 |
| 1.9.4.1 Os Costumes e os Órgãos de Controle<br>da Administração Pública .....                   | 19 |

|  |    |
|--|----|
| 1.10 Princípios da Administração Pública e a Promoção da Ciência, da Tecnologia, da Inovação e da Propriedade Intelectual.....     | 23 |
| 1.10.1 Princípio da Autotutela.....  | 24 |
| 1.10.2 Princípio da eficiência.....  | 26 |
| 1.10.2.1 Atos Vinculados, Atos Discricionários, Mérito Administrativo e Princípio da Eficiência .....                              | 28 |
| 1.10.2.2 O Princípio da Eficiência e a Atividade Intelectual.....  | 30 |
| 1.10.2.2.1 Princípio da Eficiência, Meritocracia e Incentivos Patrimoniais à Propriedade Intelectual na Administração Pública..... | 36 |
| 1.10.2.2.2 Princípio da Eficiência, Aspectos Morais da Propriedade Intelectual e Meritocracia.....                                 | 44 |
| 1.10.2.2.3 Demais Incentivos à Propriedade Intelectual e Princípio da Eficiência .....   | 45 |
| 1.10.2.2.4 Necessidade de Constante Treinamento e Princípio da Eficiência .....  | 46 |
| 1.10.2.2.5 Etapas das Proteções dos Sistemas de Propriedade Intelectual e Princípio da Eficiência.....                             | 51 |
| 1.10.3 Princípio da Impessoalidade.....  | 51 |
| 1.10.4 Princípio da Legalidade .....   | 52 |
| 1.10.5 Princípio da Moralidade Administrativa.....   | 53 |
| 1.10.6 Princípio da Publicidade.....   | 54 |
| 1.10.7 Princípio da Razoabilidade.....   | 58 |
| 1.10.8 Princípio da Segurança Jurídica .....   | 59 |
| 1.10.9 Princípio da Subsidiariedade.....   | 61 |
| 1.10.10 Princípio da Supremacia do Interesse Público.....  | 62 |

|  |     |
|--|-----|
| 1.11 Propriedade Intelectual e Sistema Orçamentário Público.....   | 63  |
| 1.11.1 Receitas Derivadas, Receitas<br>Originárias e Receitas Transferidas.....                                      | 70  |
| 1.12 Poder de Polícia .....  | 70  |
| 2. Propriedade Intelectual.....  | 73  |
| 2.1 Introdução.....  | 73  |
| 2.2 Propriedade Intelectual e Propriedade Industrial.....  | 73  |
| 2.2.1 Direitos Patrimoniais e Aspectos Morais<br>da Propriedade Intelectual.....                                     | 77  |
| 2.3 Finalidade dos Sistemas de Propriedade Intelectual e a Propriedade<br>Intelectual na Administração Pública ..... | 81  |
| 2.4 Atuação Primária e Secundária do Estado.....   | 87  |
| 2.5 Redes de Cooperação Internacional.....   | 89  |
| 2.6 Princípios da Propriedade Intelectual.....   | 91  |
| 2.6.1 Princípio da Especificidade das Proteções.....   | 92  |
| 2.6.2 Princípio da Inderrogabilidade do Domínio Público .....  | 93  |
| 2.6.3 Princípio da Novidade.....   | 93  |
| 2.6.4 Princípio do Contributo Mínimo .....   | 95  |
| 2.6.5 Princípio da Inovação.....   | 95  |
| 2.6.6 O Princípio da Transparência no Acordo<br>TRIPS e a Propriedade Intelectual.....                               | 98  |
| 2.6.7 Princípio da Transmissibilidade.....   | 99  |
| 2.6.8 Princípio da Indução.....  | 101 |
| 2.6.9 Princípios Aplicados à Propriedade<br>Industrial e à Proteção de Cultivares .....                              | 103 |
| 2.6.9.1 Princípio da Prioridade Unionista na CUP.....  | 103 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.6.9.2 Princípio da Prioridade Unionista na UPOV .....  | 105 |
| 2.6.9.3 Tratamento Nacional na CUP .....   | 106 |
| 2.6.9.4 O Tratamento Nacional na UPOV .....  | 108 |
| 2.6.9.5 A Independência dos Pedidos de Patentes na CUP.....  | 108 |
| 2.6.9.6 A Independência dos Pedidos de Proteção de<br>Variedades sob a Égide da Convenção da UPOV.....   | 110 |
| 2.6.9.7 A Repressão ao Abuso de Direitos de Patentes .....   | 110 |
| 2.7 Organismos Internacionais .....  | 113 |
| 2.8 Principais Organismos Nacionais Brasileiros.....   | 116 |
| 2.9 Normas Internacionais de Propriedade Intelectual .....   | 117 |
| 2.9.1 A Convenção da União de Paris de 1883.....   | 120 |
| 2.9.2 Acordo TRIPS e os Demais Acordos<br>Internacionais sobre Propriedade Intelectual .....   | 122 |
| 2.10 Normas Nacionais de Propriedade Intelectual .....   | 127 |
| 2.11 Função Social da Propriedade Intelectual .....  | 129 |
| 2.12 Atuação do Estado na Promoção da Ciência, da Tecnologia<br>da Inovação e da Propriedade Intelectual .....   | 132 |
| 2.13 Competências Comum e Concorrente para a Promoção da Ciência,<br>da Tecnologia e da Inovação x Competência Privativa para a<br>Criação de Sistemas de Propriedade Intelectual..... | 140 |
| 2.14 Propriedade Industrial e Declaração<br>Universal dos Direitos Humanos .....   | 146 |
| 2.14.1 Ciência, Tecnologia e Inovação na Constituição Federal<br>e a Declaração Universal dos Direitos Humanos .....   | 154 |
| 2.14.1.1 Educação .....  | 154 |
| 2.14.1.1.1 Constituição.....   | 154 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.14.1.1.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional .....  | 157 |
| 2.14.1.1.3 O Papel das Instituições de Educação<br>na Promoção da Tecnologia.....  | 161 |
| 2.14.1.2 Saúde .....   | 166 |
| 2.14.1.2.1 Constituição.....   | 166 |
| 2.14.1.2.2 Lei do SUS.....   | 168 |
| 2.14.1.3 Política Agrícola .....   | 170 |
| 2.14.1.3.1 Constituição.....   | 170 |
| 2.14.1.3.2 Lei da Política Agrícola .....  | 171 |
| 2.14.1.4 Cultura .....   | 173 |
| 2.14.1.4.1 Constituição.....   | 173 |
| 2.14.1.5 Demais Áreas .....  | 174 |
| 2.15 Os Artigos 218 a 219 – B da Constituição Federal.....   | 175 |
| 2.16 Políticas Públicas Específicas e Propriedade Intelectual .....  | 179 |
| 2.17 Produção e Comercialização das Inovações Promovidas<br>pela Administração Pública .....   | 182 |
| 2.18 Licitações e Contratos nas Áreas de Ciência, de Tecnologia,<br>de Inovação e de Propriedade Industrial.....                                 | 184 |
| 2.18.1 Normas Voltadas para o Provimento de Meios<br>Destinados à Pesquisa e Desenvolvimento<br>na Administração Pública.....                    | 187 |
| 2.18.2 Normas Voltadas para a Exploração Econômica da<br>Propriedade Intelectual de Tecnologias de Titularidade<br>da Administração Pública..... | 188 |
| 2.18.2.1 Contratos de Licença .....  | 189 |
| 2.18.2.2 Contratos de Cessão .....   | 192 |

|  |     |
|--|-----|
| 2.18.2.3 Contratos de Transferência de Tecnologia para Institutos não Protegidos por Sistemas de Propriedade Industrial..... | 193 |
| 2.18.3 Aquisição de Tecnologias Desenvolvidas pela Sociedade e Propriedade Intelectual .....                                 | 197 |
| 2.18.4 Licitações e Contratos na Lei n.o 13.303/2016 Direcionados às Áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação.....            | 201 |
| 2.18.4.1 Licitações na Lei n.o 13.303/2016 e as Áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação.....                                 | 202 |
| 2.18.4.2 Dispensas, Inexigibilidades e Áreas de Ciência, de Tecnologia e de Inovação.....                                    | 203 |
| 2.18.4.3 Hipóteses de Promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação sem Licitação, Dispensa ou Inexigibilidade .....      | 205 |
| 2.18.4.4 Contratos nas Áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação ...   | 208 |
| 2.18.5 Contratos da Administração Pública e Tecnologias Patenteáveis.....  | 209 |
| 3. Cultivares .....  | 213 |
| 3.1 Introdução .....   | 213 |
| 3.2 DNA, RNA e Síntese de Proteínas .....  | 213 |
| 3.3 Melhoramento vegetal.....  | 217 |
| 3.4 Fatos Históricos Relacionados às Legislações de Proteção de Cultivares .....   | 219 |
| 3.5 Organismos Internacionais e Nacionais .....  | 221 |
| 3.6 Legislação Internacional Aplicada no Brasil .....  | 222 |
| 3.7 Lei de Proteção de Cultivares e Sistema de Patentes no Brasil .....  | 224 |
| 3.8 Lei de Proteção de Cultivares (Lei n.o 9.456/1997) .....   | 229 |

|  |     |
|--|-----|
| 3.8.1 Definições iniciais da Lei n.o 9.456/1997 .....  | 230 |
| 3.8.2 Propriedade Intelectual na Lei n.o 9.456/1997.....   | 235 |
| 3.8.3 A Proteção Conferida pela Lei .....  | 235 |
| 3.8.4 Cultivares Passíveis de Proteção .....   | 235 |
| 3.8.5 A Figura do Obtentor .....   | 239 |
| 3.8.6 O Direito de Proteção Conferido pela Lei e sua Duração .....                                     | 240 |
| 3.8.7 O Pedido e o Certificado de Proteção .....   | 243 |
| 3.8.8 Licença Voluntária, Cessão, Licença Compulsória<br>e Uso Público Restrito .....                  | 247 |
| 3.8.9 Atividades Ilícitas e Sanções<br>previstas na Lei de Cultivares .....                            | 248 |
| 3.8.10 Incentivos Normativos e Contratuais ao<br>Desenvolvimento de Cultivares .....                   | 250 |
| 3.8.11 Extinção do direito de proteção de cultivares.....  | 252 |
| 3.8.12. Nulidade de proteção.....  | 253 |
| 3.8.13 Serviço Nacional de Proteção de Cultivares – SNPC.....  | 253 |
| 3.9 Perfil Atual da Administração Pública Usuária<br>do Sistema de Proteção de Cultivares .....        | 254 |
| 3.10 O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares<br>e o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças ..... | 255 |
| 3.11 Treinamento na Área de Proteção de Cultivares .....   | 258 |
| 4. Indicações Geográficas.....   | 259 |
| 4.1 Introdução.....  | 259 |
| 4.2 Histórico das Indicações Geográficas .....   | 259 |
| 4.3 Organismos Internacionais e Nacionais<br>Ligados às Indicações Geográficas .....                   | 261 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.4 Legislação Internacional e Nacional.....   | 261 |
| 4.5 Principais Aspectos Atinentes às Indicações Geográficas na Lei<br>n.o 9. 279/1996 e na Instrução Normativa INPI n.o 95/2018..... | 268 |
| 4.5.1 Definições Utilizadas pela Lei n.o 9.279/1996 .....  | 269 |
| 4.5.2 Nomes Geográficos que se Tornaram Comuns ou Genéricos.....   | 273 |
| 4.5.3 Possibilidade de Uso de<br>Nomes Geográficos para Marcas .....   | 277 |
| 4.5.4 Titularidade das Indicações Geográficas .....  | 278 |
| 4.5.5 Recursos no Processo Administrativo .....  | 281 |
| 4.5.6 Previsão de Crimes na Legislação Aplicável<br>às Indicações Geográficas .....  | 282 |
| 4.5.7 Principais Dispositivos da Instrução<br>Normativa INPI n.o 95/2018.....  | 283 |
| 4.5.7.1 Requerentes .....  | 284 |
| 4.5.7.2 Normas relativas ao pedido de registro.....  | 285 |
| 4.5.7.3 Instrumento Oficial que Delimita a Área Geográfica.....  | 286 |
| 4.5.7.4 Caderno de Especificações Técnicas .....   | 286 |
| 4.5.7.5 Condições para a Concessão de Indicações de<br>Procedência e Denominações de Origem.....                                     | 288 |
| 4.5.7.6 Publicação dos Pedidos de Registro de Indicações<br>Geográficas e Certificado de Registro.....                               | 289 |
| 4.6 Indicações Geográficas e Desenvolvimento.....  | 290 |
| 4.6.1 Desenvolvimento Econômico como<br>Parte do Desenvolvimento Nacional.....   | 291 |
| 4.6.2 Efeitos do Registro das Indicações Geográficas.....  | 294 |
| 4.7 Dever de Treinamento na Área de Indicações Geográficas .....   | 299 |



|  |     |
|--|-----|
| 5. Patentes.....   | 303 |
| 5.1 Introdução.....  | 303 |
| 5.2 Primórdios .....   | 303 |
| 5.3 Histórico da Legislação de Patentes no Brasil.....                           | 306 |
| 5.4 Finalidade dos Sistemas de Patentes.....                                     | 307 |
| 5.4.1 Segredo de Empresa .....   | 310 |
| 5.5 Patente e Segredos de Empresa na Administração Pública .....                 | 315 |
| 5.6 Organismos Internacionais e Nacionais .....                                  | 318 |
| 5.7 Legislação Internacional e Nacional.....                                     | 318 |
| 5.8 A Burla aos Princípios Constitucionais .....                                 | 319 |
| 5.9 Processo Administrativo Vinculado .....                                      | 320 |
| 5.10 Sistemas Internacionais de Patentes .....                                   | 321 |
| 5.10.1 Estratégia da Convenção da União de Paris.....                            | 322 |
| 5.10.2 Estratégia do Tratado de Cooperação<br>em Matéria de Patentes – PCT ..... | 323 |
| 5.10.2.1 Definições Utilizadas no PCT .....                                      | 324 |
| 5.10.2.2 Fase do Pedido Nacional ou Inicial .....                                | 326 |
| 5.10.2.3 Fase Internacional.....   | 326 |
| 5.10.2.4 Pedido Internacional.....   | 326 |
| 5.10.2.5 Pesquisa Internacional .....  | 327 |
| 5.10.2.6 Publicação Internacional.....   | 328 |
| 5.10.2.7 Exame Preliminar Internacional .....                                    | 329 |
| 5.10.2.8 Fase Nacional do PCT .....  | 329 |
| 5.10.3 Vantagens da Utilização do PCT em Relação à CUP .....                     | 330 |

|   |     |
|---|-----|
| 5.10.4 Escolha do Sistema de Proteção de Patentes e Princípio do Planejamento .....           | 331 |
| 5.10.5 O Acordo TRIPS e os Sistemas Nacionais de Proteção Patentária .....                    | 332 |
| 5.11 Sistema Nacional de Patentes.....  | 333 |
| 5.11.1 Titularidade da Patente .....  | 333 |
| 5.11.2 Sistemas First to File e First to Invent .....   | 336 |
| 5.11.3 Inventos, Invenções e Modelos de Utilidade.....  | 336 |
| 5.11.4 Inventos de Produtos e de Processos.....   | 346 |
| 5.11.5 Requisitos legais de Patenteabilidade.....   | 347 |
| 5.11.5.1 Novidade.....  | 347 |
| 5.11.5.2 Atividade Inventiva e Ato Inventivo.....   | 355 |
| 5.11.5.3 Aplicação Industrial.....  | 360 |
| 5.11.6 Certificado de Adição.....   | 362 |
| 5.11.7 Criações Intelectuais não Patenteáveis pela Legislação Brasileira .....                | 363 |
| 5.11.7.1 Desenvolvimentos Intelectuais não Considerados Invenção ou Modelo de Utilidade ..... | 364 |
| 5.11.7.2 Invenções e Modelos de Utilidade não Patenteáveis.....                               | 368 |
| 5.11.8 Duração dos Direitos de Patentes.....  | 370 |
| 5.11.9 Direitos Conferidos ao Titular da Patente.....   | 370 |
| 5.11.10 Comercialização do Objeto do Pedido de Patente Antes da Concessão.....                | 381 |
| 5.11.11 Licenciamento de Patentes.....  | 383 |
| 5.11.11.1 Licenças Voluntárias e Oferta pelo INPI .....                                       | 383 |
| 5.11.11.2 Licença Compulsória.....  | 384 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.11.12 Cessão de Patentes .....   | 386 |
| 5.11.13 Pedidos de Patentes.....   | 387 |
| 5.11.13.1 Padrões Internacionais Adotados pelo INPI.....   | 387 |
| 5.11.13.1.1 Classificação Internacional de Patentes.....   | 387 |
| 5.11.13.1.2 Folhas de Rosto.....   | 391 |
| 5.11.13.1.3 Outros Padrões Recomendados pela OMPI.....   | 392 |
| 5.11.13.2 Pedidos de patentes no Brasil.....   | 393 |
| 5.11.14 Publicação dos Pedidos de Patentes.....  | 398 |
| 5.11.15 Previsões Regimental, Estatutária e<br>Contratual de Incentivos Patrimoniais.....                  | 400 |
| 5.11.16 Nulidade da Patente.....   | 408 |
| 5.11.17 Extinção da Patente.....   | 410 |
| 5.11.18 Crimes Contra as Patentes .....  | 412 |
| 5.11.19 Recursos no Processo Administrativo de Patentes .....  | 413 |
| 5.12 Decisão do Pedido de Patente pela Administração Pública.....  | 414 |
| 5.13 Bases de Patentes .....   | 417 |
| 5.13.1 Importância das Normas de Classificação de<br>Patentes e das Bases de Patentes.....                 | 418 |
| 5.13.2 Orientações para a Utilização das Bases de Patentes .....   | 419 |
| 5.13.3 Exemplos de Documentos de Patente .....   | 420 |
| 5.14 Dever de Treinamento na Área de Patentes.....   | 423 |
| 5.15 Políticas Voltadas para a Utilização dos Sistemas<br>de Patentes pelos Setores Público e Privado..... | 426 |
| 5.16 Patentes Ecológicas.....  | 427 |
| 5.17 Usucapião de Patentes.....  | 430 |
| 5.18 Patentes Farmacêuticas.....   | 431 |

|   |     |
|---|-----|
| 6. Legislação Brasileira de Inovação .....  | 437 |
| 6.1. Introdução .....   | 437 |
| 6.2 Dispositivos da Lei de Inovação.....  | 439 |
| 6.2.1 Princípios da Lei de Inovação.....  | 439 |
| 6.2.2 Unidades Federativas Destinatárias da Lei de Inovação .....   | 443 |
| 6.2.3 A Relação da Lei de Inovação com a Lei n.o 11.196/2005,<br>a Lei Complementar n.o 123/2006 e a Lei 12.349/2010..... | 444 |
| 6.2.4 Definições da Lei n.o 10.973/2004.....  | 444 |
| 6.2.5 Estímulos à Construção de Ambientes<br>Especializados e Cooperativos de Inovação .....                              | 451 |
| 6.2.6. Estímulos à Participação das<br>ICTs no Processo de Inovação.....  | 460 |
| 6.2.7 Estímulos à Inovação nas Empresas .....   | 470 |
| 6.2.8 Estímulos ao Inventor Independente .....  | 473 |
| 6.2.9 Regimes de Exceção da Lei de Inovação .....   | 475 |
| 6.3 As Leis de Inovação Estaduais .....   | 476 |
| 7. O Controle Externo da Propriedade Intelectual<br>na Administração Pública .....  | 477 |
| 7.1 Introdução .....  | 477 |
| 7.2 Resumo Histórico dos Sistemas de Controle Externo.....  | 477 |
| 7.3 Principais Órgãos dos Sistemas de Controle Externo.....   | 481 |
| 7.4 O Sistema de Controle Externo no Brasil .....   | 484 |
| 7.4.1 Resumo da Evolução Histórica<br>dos Tribunais de Contas no Brasil.....  | 484 |
| 7.4.2 A Posição Organizacional dos<br>Tribunais de Contas no Brasil .....   | 487 |

|   |     |
|---|-----|
| 7.4.3 Natureza Jurídica das Decisões<br>dos Tribunais de Contas.....  | 488 |
| 7.4.4 Funções dos Tribunais de Contas no Brasil.....  | 493 |
| 7.5 Os Organismos Internacionais<br>Relacionados ao Controle Externo .....  | 497 |
| 7.6 Principais Competências Constitucionais<br>dos Tribunais de Contas do Brasil.....                                 | 498 |
| 7.6.1 Os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade,<br>aplicação das subvenções e renúncia de receitas..... | 501 |
| 7.6.2 A Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária,<br>Operacional e Patrimonial dos Tribunais de Contas.....    | 506 |
| 7.6.3 Parecer Prévio das Contas do Chefe do Executivo .....   | 511 |
| 7.6.4 Julgamento dos Administradores e Demais Responsáveis<br>por Dinheiros, Bens e Valores Públicos .....            | 513 |
| 7.6.5 Eficácia das Decisões dos Tribunais de Contas .....   | 522 |
| 7.6.6 Sustação da Execução de Atos e Contratos .....  | 526 |
| 7.6.7 Representação ao Poder Competente.....  | 528 |
| 7.6.8 Comissão Mista Permanente e Tribunal de Contas .....  | 529 |
| 7.6.9 Denúncias aos Tribunais de Contas .....   | 530 |
| 7.7 Leis Orgânicas, Atos Normativos<br>e a Propriedade Intelectual nos TCs .....                                      | 531 |
| 7.8 Competências infraconstitucionais dos<br>Tribunais de Contas e a Propriedade Intelectual .....                    | 532 |
| 7.8.1 A LRF.....  | 532 |
| 7.8.2 A Lei n.o 8.666/1993 .....  | 534 |
| 7.8.3 A Lei n.o 4.320/1964 .....  | 536 |
| 7.8.4 A Lei n.o 10.973/2004.....  | 538 |

|  |     |
|--|-----|
| 7.8.5 A Lei n.o 13.303/2016 e a Fiscalização das Empresas<br>Públicas e Sociedades de Economia Mista .....   | 538 |
| 7.8.5.1 A Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária,<br>Operacional e Patrimonial das Empresas Públicas<br>e Sociedades de Economia Mista..... | 541 |
| 7.8.5.2 Fiscalização de Informações<br>Sigilosas na Lei n.o 13.303/2016.....   | 543 |
| 7.8.6 Demais Normas Infraconstitucionais.....  | 546 |
| 7.9 Outros Órgãos de Controle da Propriedade Intelectual .....   | 547 |
| 7.10 Fiscalização sobre o Poder de Polícia.....  | 550 |
| 7.11 Fiscalização sobre a Intervenção do Estado nos Domínios Econômico<br>e Social.....  | 552 |
| 7.12 Teoria da Hélice Tríplice ou Tripla.....  | 553 |
| 7.13 A Teoria da Hélice Tríplice e a “Teoria da Dança” .....   | 554 |
| 7.14 A Teoria da Hélice Tríplice e as Leis de Inovação no Brasil .....   | 561 |
| 7.15 Princípio da eficiência, Hélice Tríplice e<br>Órgãos de Controle nos Demais Países .....  | 562 |
| 8. Intervenção Estatal e Estratégias Públicas<br>Voltadas para a Propriedade Intelectual.....  | 571 |
| 8.1. Introdução .....  | 571 |
| 8.2 Intervenção do Estado no Domínio Econômico e Social.....   | 571 |
| 8.2.1 A Relação entre a Ordem Econômica<br>e Social na Constituição Federal .....  | 572 |
| 8.2.2 A Intervenção do Estado no Domínio Econômico .....   | 578 |
| 8.2.2.1 Estado Regulador .....   | 579 |
| 8.2.2.2 Estado Executor .....  | 583 |
| 8.2.3 A Intervenção do Estado no Domínio Social.....   | 585 |

|   |     |
|---|-----|
| 8.2.4 A Intervenção do Estado nos Domínios Económico e Social e os Bens e Valores Públicos .....                      | 586 |
| 8.2.5 Divulgação dos Desenvolvimentos Intelectuais do Estado – A Intervenção Indutiva.....                            | 588 |
| 8.2.6 Estabelecimento de Estratégias para a Promoção da Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual ..... | 590 |
| Referências .....   | 593 |
| Anexo A — Boas Práticas ao se Efetuar uma Busca em Bases de Patentes.....   | 635 |